

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL



RECRUTAMENTO E MOBILIZAÇÃO DE PESSOAL

AVICON QOCon Med (Complementar)

PROCESSO SELETIVO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR PARA CONVOCAÇÃO E CADASTRAMENTO EM BANCO DE DADOS, NA ÁREA MÉDICA, COM VISTAS À COMPLEMENTAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR TEMPORÁRIO, EM CARÁTER VOLUNTÁRIO.

2025



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL

PORTARIA DIRAP Nº 488/2SM1, DE 2 DE JUNHO DE 2025.

Protocolo COMAER nº 67410.014530/2025-41

Aprova o Aviso de Convocação do
Processo Seletivo QOCon Med
Complementar.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, por delegação de competência do Comandante da Aeronáutica, estabelecida pela Portaria nº 683/GC3, de 16 de janeiro de 2024; no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 10, do Regulamento da Diretoria de Administração do Pessoal (ROCA 21-32/2021), aprovado pela Portaria nº 184/GC3, de 19 de novembro de 2021; e de acordo com o previsto no inciso IV e no § 2º do art. 20 do Decreto nº 10.986, de 8 de março de 2022, “Regulamento da Reserva da Aeronáutica”, resolve:

Art. 1º Aprovar o Aviso de Convocação do Processo Seletivo de Profissionais de Nível Superior, na área Médica, com vistas à complementação do Serviço Militar Temporário, em caráter voluntário, para o ano de 2025 (QOCon Med Complementar 2025).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maj Brig Ar LUIZ GUILHERME DA SILVA MAGARÃO
Diretor de Administração do Pessoal

Publicado no Diário Oficial da União nº 104, Seção 1, de 4 de junho de 2025.

SUMÁRIO

1	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	6
1.1	FINALIDADE	6
1.2	AMPARO NORMATIVO	6
1.3	APLICAÇÃO	6
1.4	DIVULGAÇÃO	6
1.5	RESPONSABILIDADE	7
1.6	DAS SUBESPECIALIDADES/LOCALIDADES	7
1.7	SITUAÇÃO APÓS A INCORPORAÇÃO	7
1.8	CRONOGRAMA DE EVENTOS	8
1.9	DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO	8
1.10	DÚVIDAS SOBRE O PROCESSO SELETIVO	8
2	OBJETIVO DO PROCESSO SELETIVO	8
2.1	PÚBLICO-ALVO	8
2.2	QUADRO DE OFICIAIS DA RESERVA DE 2º CLASSE CONVOCADOS	9
2.3	CONVOCAÇÃO PARA INCORPORAÇÃO	9
3	PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO	9
3.1	CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO	9
4	INSCRIÇÃO	10
4.1	ORIENTAÇÕES PARA A INSCRIÇÃO	10
4.2	RELAÇÃO DE INSCRIÇÃO	10
5	SELEÇÃO	11
5.1	ETAPAS	11
5.2	ENCAMINHAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS (EED)	11
5.3	VALIDAÇÃO DE DOCUMENTOS DIGITAIS (VDD)	13
5.4	REVISÃO DE DOCUMENTOS DIGITAIS (RDD)	14
5.5	AValiação CURRICULAR DIGITAL (ACD)	14
5.6	INSPEÇÃO DE SAÚDE (INSPSAU)	16
5.7	CONCENTRAÇÃO FINAL E HABILITAÇÃO À INCORPORAÇÃO (CF)	18
6	RECURSOS	19
6.1	INTERPOSIÇÃO	19
6.2	RECURSO QUANTO AO PARECER DA COMISSÃO DE SELEÇÃO INTERNA	19
6.3	RECURSO QUANTO AO RESULTADO NA REVISÃO DE DOCUMENTOS DIGITAIS	20
6.4	RECURSO QUANTO AO RESULTADO NA AVALIAÇÃO CURRICULAR DIGITAL	20
6.5	RECURSO QUANTO AO PARECER NA INSPEÇÃO DE SAÚDE	20
6.6	RECURSO QUANTO AO RESULTADO NA CONCENTRAÇÃO FINAL E HABILITAÇÃO À INCORPORAÇÃO	21
7	DISPOSIÇÕES GERAIS	21
7.1	COMPARECIMENTO AOS EVENTOS PROGRAMADOS	21
7.2	DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS	21
7.3	UNIFORMES E TRAJES	21
7.4	CRITÉRIOS DE DESEMPATE	21

7.5	EXCLUSÃO DO PROCESSO SELETIVO	22
7.6	INCORPORAÇÃO.....	22
7.7	DO BANCO DE DADOS	23
7.8	VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO.....	23
8	DISPOSIÇÕES FINAIS	23

SUMÁRIO DE ANEXOS

ANEXO	DESCRIÇÃO	PÁG
A	Siglas e Vocábulos e Códigos de Subespecialidades	25
B	Cronograma de Eventos	27
C	Endereços das Organizações Militares (OM) Responsáveis	30
D	Quadro de Subespecialidades e Localidades	31
E	Requisitos Específicos	34
F	Lista de Documentos Digitais para etapa de Encaminhamento Eletrônico de Documentos	35
G	Parâmetros de Qualificação Profissional	36
H	Ficha de Avaliação Curricular	37
I	Modelo de Ficha de Parecer do Comandante, Chefe ou Diretor da OM	38
J	Modelo de Requerimento em Grau de Recurso	39
K	Modelo de Declaração de Interesse de Participação em Processo Seletivo Posterior, por Apresentar Estado de Gravidez	40
L	Lista de Documentos para Concentração Final e Habilitação à Incorporação	41

PROCESSO SELETIVO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR PARA CONVOCAÇÃO E CADASTRAMENTO EM BANCO DE DADOS, NA ÁREA MÉDICA, COM VISTAS À COMPLEMENTAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR TEMPORÁRIO, EM CARÁTER VOLUNTÁRIO.

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

A inscrição implicará ao voluntário a aceitação irrestrita das normas e das condições estabelecidas neste Aviso de Convocação (AVICON), bem como de outras que vierem a ser publicadas no decorrer da seleção.

A participação dos voluntários, no presente Processo Seletivo, não implica, por parte da Administração, qualquer compromisso quanto à incorporação às fileiras da FAB. Portanto, a aprovação neste Processo Seletivo não gera direito ao ingresso, tampouco a qualquer tipo de ressarcimento, assegurando, apenas, expectativa de direito à incorporação até a data de validade do certame, ficando a concretização desse ato condicionada à existência de vaga e/ou à discricionariedade do Comando da Aeronáutica.

1.1 FINALIDADE

Regular e divulgar as condições e os procedimentos aprovados para a inscrição e participação neste Processo Seletivo.

1.2 AMPARO NORMATIVO

1.2.1 O presente AVICON tem por fundamento as seguintes legislações:

- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, “Lei do Serviço Militar”;
- c) Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, “Estatuto dos Militares”;
- d) Lei nº 12.464, de 4 de agosto de 2011, “Lei de Ensino da Aeronáutica”;
- e) Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966, “Regulamento da Lei do Serviço Militar”;
- f) Decreto nº 10.986, de 8 de março de 2022, “Regulamento da Reserva da Aeronáutica”;
- g) NSCA 160-14, de 26 de outubro de 2023, “Abordagem do uso indevido de substâncias psicoativas na Aeronáutica”;
- h) NSCA 160-9, de 23 de maio de 2024 “Inspeções de Saúde no Comando da Aeronáutica”;
- i) ICA 160-6, de 13 de dezembro de 2023, “Instruções Técnicas das Inspeções de Saúde na Aeronáutica”; e
- j) ICA 30-4, de 26 de janeiro de 2024, “Movimentação de Pessoal Militar”.

1.3 APLICAÇÃO

1.3.1 Às Organizações Militares (OM) do COMAER envolvidas na seleção.

1.3.2 A todos os interessados em participar da seleção, que atendam às condições e normas estabelecidas neste AVICON.

1.4 DIVULGAÇÃO

1.4.1 O ato de aprovação do presente AVICON encontra-se publicado no Diário Oficial da União (DOU) e em Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

1.4.2 Para conhecimento dos interessados, este AVICON e todas as publicações estarão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: www.convocacaotemporarios.fab.mil.br.

1.4.3 O endereço eletrônico citado no item 1.4.2 é o meio oficial de comunicação da Diretoria de Administração do Pessoal (DIRAP), dos Serviços de Recrutamento e Preparo de Pessoal da Aeronáutica (SEREP), das Comissões de Seleção Interna (CSI) e das Subcomissões de Seleção Interna (SCSI), devendo ser utilizado pelos voluntários para obtenção de informações e acompanhamento de todas as etapas, datas, locais e horários de realização dos eventos do Processo Seletivo.

1.5 RESPONSABILIDADE

1.5.1 O Processo Seletivo será regido por este AVICON, executado pela CSI e SCSI, coordenado pelos SEREP, sob a supervisão da DIRSA e da DIRAP.

1.5.2 É de inteira responsabilidade do voluntário a leitura, o conhecimento pleno deste AVICON e de seus anexos, bem como o acompanhamento das publicações do Processo Seletivo, por meio do endereço eletrônico citado no item 1.4.2.

1.5.3 Os anexos de responsabilidade dos voluntários deverão ser preenchidos pelos próprios e, se forem editados, deverão manter a estrutura de sua redação, sendo de inteira responsabilidade do voluntário a referida edição.

1.6 DAS SUBESPECIALIDADES/LOCALIDADES

1.6.1 As subespecialidades/localidades estão distribuídas conforme o estabelecido no anexo D.

1.6.2 Dentre os habilitados, será selecionado um número de voluntários que serão incorporados na subespecialidade e localidade pleiteadas.

1.6.3 Localidade é o local onde se situam um ou mais órgãos isolados (destacamentos e similares), OM ou guarnições do COMAER, dentro da mesma sede.

1.6.4 Sede é todo território do município ou de municípios vizinhos, quando ligados por frequentes meios de transporte, dentro do qual se localizam ou não as instalações de uma OM, onde são desempenhadas as atribuições, missões, tarefas ou atividades cometidas ao militar, podendo abranger uma ou mais guarnições.

1.7 SITUAÇÃO APÓS A INCORPORAÇÃO

1.7.1 O Processo Seletivo visa convocar Oficiais da reserva de 2ª Classe e Aspirantes a Oficial da reserva de 2ª classe que tenham concluído com aproveitamento a 1ª fase do EAS ou EAT na FAB ou em estágios equivalentes de outras Forças Armadas, para, em caráter voluntário, complementarem o tempo de serviço militar temporário previsto em lei.

1.7.2 Ao ser incorporado, o Oficial será matriculado no Estágio de Instrução e Serviço (EIS), e o Aspirante a Oficial, na 2ª fase do Estágio de Adaptação e Serviço (EAS), que visam atualizar e complementar a instrução ministrada na 1ª fase do EAS/EAT pela FAB, ou nos estágios equivalentes de outras Forças Armadas, relacionados abaixo:

- a) Estágio de Adaptação e Serviço (EAS) - Marinha;
- b) Estágio de Serviço Técnico (EST) - Marinha;
- c) Estágio de Instrução e de Preparação para Oficiais Temporários (EIPOT) - Exército;
- d) Estágio de Adaptação e Serviço (EAS) - Exército;
- e) Estágio de Instrução Complementar de Engenheiro Militar (EICEM) - Exército; e
- f) Estágio de Serviço Técnico (EST) - Exército.

1.7.3 O Oficial/Aspirante a Oficial que, porventura, não venha a obter grau mínimo de aproveitamento no EIS/EAS será licenciado do serviço ativo, por conveniência do serviço, conforme dispõe a alínea “b”, parágrafo 3º, do art. 121 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), alterado pela Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019.

1.7.4 Não fica assegurado ao(à) voluntário(a) o retorno à OM anterior quando do seu licenciamento, haja vista a voluntariedade de prestação do serviço militar.

1.7.5 O EIS terá duração total de 12 (doze) meses, a contar da data de incorporação, podendo ser prorrogado nos termos do Capítulo V do Decreto nº 10.986, de 8 de março de 2022.

1.7.6 Os voluntários que forem incorporados deverão observar o que prevê a Emenda Constitucional nº 77, de 11 de fevereiro de 2014, que estende apenas aos profissionais de saúde das Forças Armadas a possibilidade de cumulação de cargo a que se refere à alínea “c”, inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal, com prevalência da atividade militar.

1.7.7 Após a incorporação, os militares permanecerão à disposição da Força Aérea Brasileira 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, incluindo sábados, domingos e feriados, para cumprimento de missões ou de escalas de serviços, considerando a destinação precípua das Forças Armadas na defesa da Pátria e na garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem (GLO).

1.7.8 A precedência hierárquica entre os militares incorporados será estabelecida com base no que prevê o art. 17 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 - “Estatuto dos Militares”.

1.7.9 De acordo com a Portaria COMGEP nº 807/3SC2, de 29 de outubro de 2024, os voluntários ao serviço militar temporário, convocados com base no art. 27 da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, receberão o Adicional de Habilitação correspondente à formação ou ao tipo de curso considerado como requisito obrigatório no presente Processo Seletivo.

1.8 CRONOGRAMA DE EVENTOS

1.8.1 Para a realização de todas as etapas previstas neste Processo Seletivo, o voluntário deverá observar, rigorosamente, o Cronograma de Eventos do anexo B e as publicações estabelecidas pela CSI.

1.8.2 O cronograma de eventos será dinâmico e poderá ser aplicado para cada voluntário ou grupo de voluntários, durante toda a validade do Processo Seletivo, a critério da CSI.

1.9 DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO

Os eventuais pedidos de impugnação do Processo Seletivo deverão ser efetivados por meio do e-mail servicotemporario.dirap@fab.mil.br, no período estabelecido no Cronograma de Eventos (Anexo B).

1.10 DÚVIDAS SOBRE O PROCESSO SELETIVO

Para esclarecimento de dúvidas sobre o Processo Seletivo, os voluntários deverão consultar a OM responsável por sua região de inscrição, por meio dos telefones ou e-mails constantes do anexo C.

2 **OBJETIVO DO PROCESSO SELETIVO**

2.1 PÚBLICO-ALVO

2.1.1 O presente Processo Seletivo destina-se a selecionar, convocar e cadastrar em banco de dados Oficiais e Aspirantes a Oficial da reserva não remunerada R2 de ambos os sexos, para a complementação do Serviço Militar Temporário em caráter Voluntário, que tenham concluído a

1ª fase do EAS ou equivalente, em qualquer uma das Forças Armadas, que preencham os Requisitos Específicos exigidos no anexo E, para o desempenho da profissão nas subespecialidades de interesse do COMAER, e que atendam às demais condições e normas estabelecidas neste AVICON.

2.1.2 O voluntário que for incorporado às fileiras da Força Aérea Brasileira, em consequência do presente Processo Seletivo, poderá ser empregado em quaisquer atividades militares ou consideradas de natureza militar, nas Organizações Militares (OM) a que estiver vinculado, bem como em missões que se destinem a defender a Pátria e a garantir os poderes constituídos, a lei e a ordem, conforme previsto nos arts. 5º e 6º da lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 “Estatuto dos Militares”.

2.2 QUADRO DE OFICIAIS DA RESERVA DE 2ª CLASSE CONVOCADOS

O Quadro de Oficiais da Reserva de 2ª Classe Convocados destina-se a suprir as necessidades de oficiais para o exercício de funções especializadas, do interesse do COMAER.

2.3 CONVOCAÇÃO PARA INCORPORAÇÃO

2.3.1 As convocações para a incorporação dos voluntários aprovados em todas as etapas ficarão a cargo do COMAER.

2.3.2 Para indicar a sua opção de localidade, o voluntário deverá consultar o anexo D.

2.3.3 O voluntário somente será incorporado na subespecialidade e localidade para a qual concorre.

3 PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO

3.1 CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1.1 São condições para a participação:

- a) ser Oficial da Reserva de 2ª Classe ou Aspirante a Oficial da Reserva de 2ª Classe, que tenha concluído com aproveitamento a 1ª fase do EAS/EAT ou os estágios equivalentes listados no item 1.7.2;
- b) ser voluntário;
- c) não ter completado 41 (quarenta e um) anos de idade até a data da incorporação;
- d) não ter completado 84 (oitenta e quatro) meses de efetivo serviço prestado a qualquer uma das Forças Armadas, contínuos ou não, considerada qualquer espécie de Serviço Militar (inicial, estágios, dilação, prorrogações e outros), até a data da incorporação;
- e) possuir os requisitos específicos exigidos para a área profissional pretendida, conforme anexo E;
- f) não ter sido transferido para reserva não remunerada da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica, em posto superior ao de Primeiro Tenente;
- g) não ter sido o Oficial excluído do serviço ativo por indignidade ou incompatibilidade, e, a praça especial, excluída ou licenciada a bem da disciplina;
- h) não ter praticado ato que afete a honra pessoal, o pundonor militar ou o decoro da classe, o que poderá ser apurado por meio de averiguação da vida pregressa junto aos órgãos públicos competentes;
- i) não possuir deméritos profissionais e/ou morais registrados nas folhas de alterações do seu histórico militar que contraindiquem o reingresso nas Forças Armadas;
- j) não ter sido, anteriormente, desligado de curso ou estágio ministrado em estabelecimento militar de ensino por motivo disciplinar ou de conceito moral;
- k) não estar respondendo, na data prevista para a incorporação, a processo criminal na Justiça Militar ou Comum;

- l) não estar cumprindo pena por crime comum, militar ou eleitoral, nem estar submetido a medida de segurança;
- m) não ter sido condenado em processo criminal com sentença transitada em julgado;
- n) não ter sido punido por ato lesivo ao patrimônio público de qualquer esfera de governo, em processo disciplinar, administrativo ou judicial;
- o) não ter sido desincorporado, expulso ou julgado desertor, nos termos da legislação que regula o Serviço Militar;
- p) se do sexo masculino, encontrar-se em dia com as obrigações militares por ocasião da etapa Concentração Final e Habilitação à Incorporação;
- q) não ser detentor de Certificado de Isenção do Serviço Militar motivado por incapacidade física, mental ou moral;
- r) estar em dia com suas obrigações eleitorais; e
- s) estar devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina, habilitando o voluntário para o exercício da atividade profissional em estrita observância à legislação específica.

4 INSCRIÇÃO

4.1 ORIENTAÇÕES PARA A INSCRIÇÃO

4.1.1 A inscrição importa o conhecimento e a aceitação do disposto neste AVICON e declarações constantes no sistema de inscrição, devendo o voluntário certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a área pretendida.

4.1.2 A inscrição poderá ser realizada **durante toda a validade do Processo Seletivo**, por meio do endereço eletrônico: www.convocacaotemporarios.fab.mil.br.

4.1.3 Ao acessar o endereço eletrônico, o voluntário deverá:

- a) realizar seu cadastro; e
- b) realizar a inscrição, por meio do preenchimento da Ficha de Inscrição (FI).

4.1.4 Caso o voluntário esqueça sua senha, poderá recuperá-la através do *link* “NÃO LEMBRA SUA SENHA?”.

4.1.5 Para a recuperação de senha, o voluntário deverá preencher corretamente a sua data de nascimento e seu CPF, e em seguida “validar dados”.

4.1.6 Na realização do cadastro, o voluntário deverá certificar-se de que cadastrou todos os dados corretamente durante o período de inscrição, previsto no Calendário de Eventos (Anexo B), pois, fora desse período, não será possível alterar ou incluir qualquer informação.

4.1.7 O voluntário somente poderá inscrever-se para uma ÚNICA subespecialidade e localidade previstas no anexo D.

4.1.8 É de responsabilidade do voluntário a inserção de todos os dados pertinentes à sua inscrição. Caso deixe de inserir algum item obrigatório ou insira dados incorretos, a inscrição não será aceita.

4.2 RELAÇÃO DE INSCRITOS

4.2.1 Periodicamente, a critério da CSI, será publicada uma relação geral com todos os voluntários inscritos, em ordem alfabética, por subespecialidade e localidade.

4.2.2 Considerando a necessidade de recompletamento imediato do seu quadro médico, a Administração poderá implementar novas incorporações durante toda validade do Processo

Seletivo. Para tanto, a CSI deverá convocar voluntários inscritos, para participarem das etapas que constituem a seleção, por subespecialidade e localidade, em quantitativo ao seu critério.

5 SELEÇÃO

5.1 ETAPAS

5.1.1 A seleção será constituída das seguintes etapas:

- a) Encaminhamento Eletrônico de Documentos (EED);
- b) Validação de Documentos Digitais (VDD);
- c) Revisão de Documentos Digitais (RDD);
- d) Avaliação Curricular Digital (ACD);
- e) Inspeção de Saúde (INSPSAU); e
- f) Concentração Final e Habilitação à Incorporação (CF).

5.1.2 Uma vez divulgados pelas CSI/SCSI, os dias, horários e locais de cada etapa tornam-se vinculantes, sendo compulsório o comparecimento do voluntário. Caso não compareça ou chegue atrasado para qualquer etapa, o voluntário deverá observar novas publicações convocando-o para prosseguir no certame, com vistas à próxima incorporação, rotina que poderá se repetir durante toda validade do Processo Seletivo.

5.1.3 Em todas as etapas deste Processo Seletivo, será obrigatório o porte do documento oficial de identificação original ou em formatos digitais, conforme padronizado pelos órgãos oficiais responsáveis pela sua emissão.

5.1.4 A participação do voluntário ou do seu representante legal (procurador), para os casos previstos neste AVICON, somente ocorrerá na localidade para a qual o voluntário optou no momento da inscrição.

5.1.5 O procurador, para os casos previstos, deverá apresentar uma procuração manuscrita ou impressa do voluntário, com a firma reconhecida em cartório ou acompanhada dos originais da sua identidade e do outorgante, para fins de autenticação, conforme previsto no inciso I do Art. 3º da Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018.

5.2 ENCAMINHAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS (EED)

5.2.1 A etapa EED é OBRIGATÓRIA, e consiste no encaminhamento eletrônico dos documentos previstos no anexo F para a Comissão de Seleção Interna (CSI), dentro do prazo estabelecido pela CSI.

5.2.2 Realizada a sua inscrição, o voluntário deverá imprimir a sua Ficha de Inscrição, anexá-la aos documentos constantes no anexo F, e encaminhá-los à CSI para conclusão.

5.2.3 Para fins de cômputo da pontuação no quesito “CURSOS DE PÓS-FORMAÇÃO”, os voluntários deverão enviar cópias de diplomas e/ou de certificados/declaração de conclusão de cursos de pós-graduação “*Stricto Sensu*” (mestrado), referentes à subespecialidade a que concorre, emitidos por instituições de Ensino Superior credenciadas pelo Ministério da Educação.

5.2.4 Serão considerados, para fins de identificação, os documentos oficiais abaixo, que poderão ser exportados dos formatos digitais, conforme padronizado pelos órgãos oficiais responsáveis pela sua emissão:

- a) carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública ou Defesa Social, pelas Polícias Militares, pelos Corpos de Bombeiros Militares, pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos e similares);
- b) passaporte;

- c) carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade;
- d) carteira de trabalho com foto; e
- e) carteira nacional de habilitação.

5.2.5 O voluntário que apresentar boletim de ocorrência policial registrando roubo, furto ou extravio do documento de identificação, poderá participar da etapa correspondente, desde que o boletim tenha sido emitido há, no máximo, 30 (trinta) dias da data prevista para a referida etapa.

5.2.6 Os seguintes procedimentos deverão ser realizados para o correto Encaminhamento Eletrônico de Documentos e conclusão da inscrição no Processo Seletivo:

- a) digitalizar, separadamente, cada documento previsto e na ordem estabelecida no anexo F;
- b) nominar cada documento de acordo com sua posição na lista estabelecida no anexo F (Apenso A, Apenso B, Apenso C... etc);
- c) anexar cada documento no *e-mail* a ser encaminhado;
- d) remeter para o *e-mail*: medcomplementar.dirsa@fab.mil.br;
- e) escrever o número da inscrição do voluntário no campo “Assunto”;
- f) não escrever nenhum texto no campo “mensagem”;
- g) confirmar se todos os documentos foram anexados corretamente; e
- h) encaminhar UM ÚNICO *e-mail*, contendo todos os documentos descritos no anexo F e, caso necessário, quando solicitado pela CSI, o voluntário poderá encaminhar outros *e-mails* para correção ou complementação da sua inscrição.

5.2.7 Todos os documentos deverão estar em arquivo digital tipo PDF.

5.2.8 O *e-mail* deverá ter, no máximo, 15 MB (quinze megabytes).

5.2.9 NÃO será permitido o uso de arquivos ou aplicativos de compressão tipo “ZIP” nos documentos anexados ao *e-mail*.

5.2.10 SOMENTE SERÁ ACEITO o encaminhamento eletrônico dos documentos previstos no anexo F no prazo estabelecido pela CSI.

Exemplo:

Determinado voluntário pretende inscrever-se para prestar o Serviço Militar Temporário na Subespecialidade de Oftalmologia, na Cidade do Rio de Janeiro - XX.

Dessa forma, ele deve imprimir sua ficha de inscrição e, em seguida, digitalizar, separadamente, cada documento que completa sua Inscrição (Anexo F), nomeando-os conforme descrito a seguir:

- | | |
|-----------------|--|
| Apenso A | Lista de Documentos Digitais para EED; |
| Apenso B | Ficha de Inscrição; |
| Apenso C | Identidade; |
| Apenso D | CPF; |
| Apenso E | Folhas de alterações do histórico militar; |
| Apenso F | Diploma ou Certificado ou Declaração/Certidão (Ensino Superior); |
| Apenso G | Diploma ou Certificado (Cursos de Pós-graduação); e |
| Apenso H | Comprovante de experiência profissional. |

Por fim, o voluntário deverá, no campo “ASSUNTO” de seu e-mail, escrever o seu **NÚMERO DE INSCRIÇÃO**, e enviar para o *e-mail* medcomplementar.dirsa@fab.mil.br.

5.2.11 Após o encaminhamento do *e-mail*, a CSI remeterá um *e-mail* confirmando o recebimento do arquivo eletrônico. Este informativo apenas confirma o recebimento do *e-mail* do voluntário, NÃO emitindo qualquer parecer sobre o conteúdo dos arquivos anexados, neste momento.

5.2.12 Caso o voluntário não receba a confirmação prevista no item 5.2.11 em até 48 horas deverá reenviar a documentação e, persistindo o problema, entrar em contato com o SEREP responsável, por sua localidade, relacionado no anexo C.

5.2.13 Caso o total de arquivos anexados esteja acima do tamanho máximo exigido (15 MB), o *e-mail* poderá ser rejeitado pelo sistema eletrônico.

5.2.14 Caso o tamanho total dos arquivos digitalizados correspondente aos documentos de sua Inscrição esteja maior que o permitido, o voluntário deverá redimensionar os arquivos anexados e reenviar o *e-mail*.

5.2.15 O COMAER não se responsabilizará por inscrição não realizada por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, e outros fatores que impossibilitem a transferência de dados. Dessa forma, recomenda-se que os voluntários NÃO deixem para realizar suas inscrições no final do prazo estabelecido pela CSI.

5.2.16 **A apresentação de documento falso ou eivado de ilegalidade acarretará a EXCLUSÃO imediata do voluntário, podendo ser instaurado o devido INQUÉRITO POLICIAL MILITAR para a apuração da ocorrência de delito de falsidade ideológica e demais crimes contra a Administração Militar, mesmo diante da expressa desistência do voluntário.** Uma vez identificada a irregularidade durante o Processo Seletivo, os efeitos da inabilitação retroagirão à inscrição do voluntário, tornando-a nula, e este não fará jus a qualquer amparo do Estado e, se detectada após a incorporação, acarretará a sua anulação. Os responsáveis pelas irregularidades estarão sujeitos às sanções administrativas, civis e, principalmente, penais, nos termos do Código Penal Militar.

5.2.17 Os voluntários que se inscreveram, mas não encaminharam nenhum dos documentos previstos, serão incluídos no Cadastro de Inscritos do certame em andamento e poderão ser solicitados a encaminhá-los em um novo momento, com vistas às incorporações futuras, durante a validade do Processo Seletivo.

5.3 VALIDAÇÃO DE DOCUMENTOS DIGITAIS (VDD)

5.3.1 A etapa VDD consiste em uma análise QUALITATIVA dos documentos encaminhados pelos voluntários por ocasião da EED, objetivando atender às condições do Processo Seletivo, e ocorrerá a partir do encaminhamento do *e-mail* contendo os arquivos eletrônicos correspondentes aos documentos previstos no anexo F.

5.3.2 Os diplomas expedidos por universidades estrangeiras deverão ser revalidados por universidades públicas brasileiras, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

5.3.3 Os diplomas de Mestrado expedidos por universidades estrangeiras deverão ser reconhecidos por universidades que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

5.3.4 Os diplomas ou certificados de conclusão de cursos realizados no exterior, somente serão considerados quando estiverem traduzidos para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado.

5.3.5 Ao receber os documentos digitalizados, os membros da CSI farão uma análise preliminar, emitindo parecer “VÁLIDO” ou “NÃO VÁLIDO” sobre cada documento encaminhado pelo voluntário.

5.3.6 A CSI publicará no site oficial do Processo Seletivo duas relações, por ordem alfabética dos voluntários: “INSCRIÇÕES COMPLETAS” e “INSCRIÇÕES COM PENDÊNCIA”.

5.3.7 Os voluntários que tiverem suas inscrições classificadas como “INSCRIÇÕES COMPLETAS” (com todos os documentos validados) prosseguirão diretamente para a etapa Avaliação Curricular Digital (ACD).

5.3.8 Caso qualquer dos documentos apresentados seja classificado como “NÃO VÁLIDO”, o voluntário receberá o parecer “INSCRIÇÃO COM PENDÊNCIA” e o motivo da pendência será publicado no site do oficial do Processo Seletivo.

5.3.9 Também terá sua Inscrição considerada “COM PENDÊNCIA”, o militar ou ex-militar que receber parecer desfavorável do presidente da CSI, referente à análise da sua vida pregressa, após consulta à Secretaria de Avaliação e Promoções (SECPROM) ou a demais órgãos públicos competentes, a fim de atender ao previsto nas letras "h", "i" e "j" do item 3.1.1.

5.3.10 O voluntário que tiver sua Inscrição declarada “COM PENDÊNCIA”, caso queira, poderá encaminhar *e-mail* Revisional contendo os documentos para correção de sua inscrição, dentro do prazo estabelecido pela CSI.

5.4 REVISÃO DE DOCUMENTOS DIGITAIS (RDD)

5.4.1 Na etapa RDD, ao tomar conhecimento da(s) pendência(s) de sua inscrição, o voluntário poderá encaminhar o *e-mail* Revisional contendo as correções das pendências.

5.4.2 O *e-mail* Revisional deverá seguir os mesmos parâmetros descritos no item 5.2 (Encaminhamento Eletrônico de Documentos), no entanto, o voluntário deverá encaminhar somente o(s) documento(s) com a(s) correção(ões) das pendências, conforme indicado pela CSI.

5.4.3 Ao receber o *e-mail* Revisional, os membros da CSI farão nova análise e emitirão parecer “VÁLIDO” ou “NÃO VÁLIDO” sobre a correção das pendências.

5.4.4 O voluntário que não tenha encaminhado o *e-mail* Revisional para comprovação dos Requisitos Específicos (Anexo E), ou que tenha recebido parecer “NÃO VÁLIDO” para esses documentos, na revisão, terá sua inscrição classificada como “INSCRIÇÕES INDEFERIDAS”.

5.4.5 O voluntário que não tenha encaminhado o *e-mail* Revisional para comprovação dos Parâmetros de Qualificação (Anexo G), ou que tenha recebido parecer “NÃO VÁLIDO” para esses documentos, na revisão, terá sua inscrição classificada como “INSCRIÇÕES DEFERIDAS”, porém não serão considerados para fins de pontuação.

5.4.6 As INSCRIÇÕES DEFERIDAS prosseguirão para próxima etapa. Quanto às INDEFERIDAS, os voluntários que não concordarem com o parecer da CSI sobre seus documentos, poderão encaminhar, via *e-mail*, um Requerimento em Grau de Recurso.

5.4.7 Do mesmo modo, os voluntários militares ou ex-militares da Aeronáutica que obtiverem parecer desfavorável emitido pela CSI, após análise da SECPROM, poderão impetrar Requerimento em Grau de Recurso.

5.4.8 Os voluntários que permanecerem com as INSCRIÇÕES INDEFERIDAS serão incluídos no Cadastro de Inscritos no certame em andamento e poderão ser reconduzidos para o certame, a partir da etapa em que recebeu indeferimento, com vistas às incorporações futuras, durante a validade do Processo Seletivo.

5.5 AValiação Curricular Digital (ACD)

5.5.1 A etapa ACD será realizada por meio da análise dos documentos comprobatórios dos Parâmetros de Qualificação Profissional em formato digital, e contabilizará um total de até 100 (cem) pontos, em estrita observância às normas contidas neste AVICON.

5.5.2 Somente serão avaliadas as inscrições consideradas “DEFERIDAS” nas etapas anteriores.

5.5.3 Somente serão considerados, para fins de avaliação curricular, os períodos de experiência profissional e cursos de pós-graduação, referentes à subespecialidade a que concorre, adquiridos após o exigido como Requisito Específico (anexo E).

5.5.4 Para que seja computada a pontuação relativa aos “Cursos de pós-graduação”, serão aceitos somente os diplomas/certificados em que conste a carga horária, conforme parâmetros do anexo G.

5.5.5 É vedado o somatório de diplomas/certificados com a finalidade de atingir a carga horária mínima exigida para cada curso.

5.5.6 Para fins de cômputo de pontuação estabelecido nos Parâmetros de Qualificação Profissional, os voluntários deverão apresentar comprovantes de acordo com as especificações a seguir:

5.5.6.1 Experiência profissional na administração pública civil ou militar:

a) documento expedido por órgão do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, em papel timbrado, com carimbo (ou impressão do CNPJ e da Razão Social) do órgão expedidor, do setor ou respectivo órgão responsável, constando nome completo do assinante, data e assinatura, que informe o período, com data completa de início e fim, e a descrição das atividades desenvolvidas na área que concorre ou associadas à área pleiteada, confirmando o exercício de ocupações na subespecialidade pleiteada.

5.5.6.2 Experiência profissional em empresa privada:

a) cópia das páginas de identificação, dados pessoais e do registro de contrato de trabalho da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), que poderá ser em formato DIGITAL; e

b) extrato do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), contendo o registro oficial da experiência profissional.

5.5.6.3 Experiência profissional como autônomo:

a) cópia de contrato de prestação de serviços ou de Recibo de Pagamento de Autônomo (RPA), acrescido de declaração do contratante, com firma reconhecida em cartório, em papel timbrado e carimbo de CNPJ (ou impressão do CNPJ e da Razão Social), com nome completo, data e assinatura do responsável pela emissão, que informe o período, com data completa de início e fim, e a experiência profissional com descrição das atividades desenvolvidas, confirmando o exercício de ocupações associadas à subespecialidade pleiteada; e

b) certidão emitida pela Prefeitura Municipal, comprovando o tempo de cadastro como autônomo, e de comprovante de regularidade de recolhimento do Imposto Sobre Serviços (ISS) no período em que se reporta a declaração do contratante.

5.5.6.4 Experiência profissional como sócio proprietário:

a) para o voluntário sócio proprietário de empresa, a experiência profissional será comprovada mediante cópia autenticada do contrato social, constando o seu registro, como sócio proprietário, acompanhando obrigatoriamente, de declaração do tomador de serviço (pessoa física ou jurídica), atestando a experiência profissional do voluntário, informando o período (com início e fim, se for o caso), a espécie do serviço realizado, CNPJ ou CPF do tomador do serviço, com firma reconhecida em cartório. A empresa deverá, obrigatoriamente, atuar na prestação de serviço de saúde.

5.5.7 Se o voluntário apresentar apenas um dos comprovantes previstos nos itens 5.5.6.2 (alíneas “a” ou “b”) e 5.5.6.3 (alíneas “a” ou “b”) a pontuação NÃO lhe será consignada.

5.5.8 Os cursos de pós- formação constantes dos Parâmetros de Qualificação (Anexos G) somente serão computados para pontuação quando NÃO exigidos como Requisitos Específicos (Anexo E).

5.5.9 Para cômputo da pontuação referente à experiência profissional, somente será considerado cada período mínimo de 180 (cento e oitenta) dias ininterruptos de atividade profissional exercida até o final do período de inscrição, na subespecialidade em que o voluntário concorre na mesma empresa/órgão/instituição, após o exigido como Requisito Específico (Anexo E).

5.5.10 Em relação à experiência profissional, cada período somente será computado uma única vez, independentemente de o voluntário possuir mais de uma ocupação em um mesmo período, ou seja, o voluntário que desempenha ou desempenhou simultaneamente atividade profissional em mais de uma empresa, órgão, autarquia ou qualquer outro estabelecimento de qualquer natureza, ou, ainda, como autônomo, terá o tempo computado como se estivesse desempenhada uma única atividade. O tempo de trabalho considerado período sobreposto, mesmo em instituições/órgãos diferentes, não será considerado pela CSI.

5.5.11 Será considerada como experiência profissional apenas a atividade desenvolvida na função relacionada à subespecialidade pleiteada, ficando, assim, vedada a aceitação de experiências profissionais que não guardem relação com suas respectivas atribuições.

5.5.12 Para fins de pontuação de experiência profissional, somente será computado o tempo de experiência após o cumprimento do requisito específico, conforme anexo E.

5.5.13 NÃO será considerado como experiência profissional o tempo de estágio, de atividade voluntária, de monitoria ou de bolsa de estudo.

5.5.14 O voluntário será classificado de acordo com a pontuação atribuída pela CSI, que, quando necessário, aplicará os critérios de desempate previstos neste AVICON.

5.5.15 Após a ACD, a CSI publicará no endereço eletrônico oficial do Processo Seletivo uma relação nominal contendo a “CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA” em ordem decrescente de pontuação, podendo o voluntário interpor recurso, caso não concorde com a pontuação emitida pela CSI.

5.5.16 Os voluntários deverão encaminhar um *e-mail* até as 23h59min (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos - horário de Brasília) da data limite definida pela CSI para entrega do Requerimento em Grau de Recurso.

5.5.17 Após a análise dos Requerimentos em Grau de Recurso, a CSI publicará no site oficial a nova relação com a “CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA do Processo Seletivo.

5.6 INSPEÇÃO DE SAÚDE (INSPSAU)

5.6.1 Será convocado para prosseguir no Processo Seletivo somente o voluntário que concluir as etapas anteriores e tiver seu nome relacionado para a etapa INSPSAU, de acordo com a ordem de classificação, em quantitativo a critério da CSI.

5.6.2 A etapa INSPSAU é uma perícia médica destinada a avaliar as condições psicofísicas do voluntário, por meio de exames clínicos, de imagem e laboratoriais, inclusive toxicológicos, definidos neste AVICON, de modo a comprovar não existirem patologias ou características incapacitantes ou restritivas para a carreira militar.

5.6.3 A etapa INSPSAU é de caráter eliminatório e será realizada sob a responsabilidade da Diretoria de Saúde da Aeronáutica (DIRSA).

5.6.4 O parecer da INSPSAU para cada voluntário será expresso por meio das menções "APTO para incorporação" ou "INCAPAZ para incorporação", sendo divulgado no endereço eletrônico do Processo Seletivo.

5.6.5 Para realizar a INSPSAU, é mandatório que todos os voluntários, independente da idade, entreguem pessoalmente os seguintes documentos no dia agendado pela CSI para a Inspeção de Saúde:

- a) Cartão ou Certificado atualizado de vacinação contra febre amarela, tétano e hepatite B. Será aceito o exame Anti-HBs positivo em substituição à comprovação do esquema vacinal contra hepatite B; e
- b) Laudo de exame toxicológico emitido nos últimos 60 (sessenta) dias a partir da data de coleta do material com janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias.

5.6.6 O voluntário que deixar de apresentar o Cartão/Certificado de Vacinação ou o resultado do exame toxicológico de acordo com o estabelecido no item 5.6.5, não realizará a INSPSAU e será inserido automaticamente em banco de dados, podendo assim ser relacionado para essa etapa quando ela se repetir.

5.6.7 O voluntário que apresentar o Cartão/Certificado de Vacinação e/ou o resultado do exame toxicológico ilegíveis, com rasuras ou emendas, ou que não atendam às especificações contidas neste AVICON, será considerado “INCAPAZ para incorporação”.

5.6.8 Os exames toxicológicos serão realizados às expensas do voluntário, em cabelos, pelos corpóreos ou raspas de unhas, nos laboratórios autorizados pelos órgãos fiscalizadores públicos competentes ou aqueles indicados pelo COMAER, com pesquisa para anfetaminas (anfetamina, metanfetamina e ecstasy), metabólito de cocaína (cocaína e benzoylecgonine), opiáceos (heroína, codeína, morfina e 6-monoacetilmorfina) e derivados da maconha, de amostras de queratina, depositados em cabelos, pelos ou raspas de unhas.

5.6.9 Nos laudos dos exames toxicológicos, deverão, obrigatoriamente, constar informações sobre os seguintes dados: identificação completa (inclusive impressão digital) e assinatura do doador; identificação e assinatura de, no mínimo, duas testemunhas da coleta (admite-se que uma destas seja a do responsável pela coleta); e identificação e assinatura do responsável técnico pela emissão desse laudo/resultado.

5.6.10 A positividade para qualquer uma das substâncias descritas no item 5.6.8 incapacitará o voluntário para o ingresso no Estágio e este será considerado “INCAPAZ para incorporação”.

5.6.11 O voluntário que obtiver a menção “INCAPAZ para incorporação” na INSPSAU terá o diagnóstico de sua incapacidade registrado no Documento de Informação de Saúde (DIS). Este documento será enviado pela OSA que realizou a INSPSAU para o *e-mail* cadastrado pelo voluntário durante sua inscrição no AVICON, na data prevista pela CSI.

5.6.12 A voluntária que não puder prosseguir no Processo Seletivo após as etapas VDD e ACD, por apresentar estado de gravidez, poderá participar do Certame (QOCon MED Complementar) posterior, a partir da etapa imediatamente subsequente, desde que:

- a) o certame posterior contemple a sua subespecialidade;
- b) dentre os voluntários incorporados, na sua subespecialidade e localidade, a sua colocação, atribuída na etapa ACD, seja superior ao último voluntário incorporado;
- c) apresente a declaração do anexo K, o que caracterizará sua intenção na participação do Processo Seletivo posterior;
- d) atenda as condições previstas no item 3.1.1; e
- e) o Processo Seletivo ocorra na localidade em que a voluntária concorreu e que seja observado um intervalo de no mínimo 180 (cento de oitenta) dias entre o PARTO e a data da INSPSAU.

5.6.13 Satisfeitas as condições do item 5.6.12, a voluntária ficará isenta de participar das etapas VDD e ACD do Processo Seletivo que solicitar ingresso, sendo obrigatória a realização das etapas seguintes.

5.6.14 As voluntárias que tenham participado de Processos Seletivos anteriores, e que por ocasião daqueles se enquadrem no item 5.6.12, serão relacionadas e publicadas no sítio eletrônico do Certame e NÃO ocuparão vaga no Processo Seletivo corrente.

5.6.15 Ao ser submetida aos testes imunológicos para detecção de gravidez, terá imediata suspensão de sua INSPSAU e não receberá nenhum parecer da Junta de Saúde. Nesse caso, serão adotados os critérios estabelecidos nos itens 5.6.12 a 5.6.14 deste AVICON.

5.6.16 Os exames entregues às OSA não serão devolvidos aos voluntários.

5.6.17 Caso entregue exames, laudos, avaliações, atestados e declarações ilegíveis, com rasuras ou emendas, ou que não atendam às especificações contidas neste AVICON, o voluntário será considerado “INCAPAZ para incorporação”.

5.7 CONCENTRAÇÃO FINAL E HABILITAÇÃO À INCORPORAÇÃO (CF)

5.7.1 Será convocado para prosseguir no Processo Seletivo somente o voluntário que concluir as etapas anteriores e tiver seu nome relacionado para a Concentração Final e Habilitação à Incorporação.

5.7.2 A etapa CF visa confirmar o atendimento às condições previstas neste AVICON para Habilitação à Incorporação, mediante a entrega das cópias dos documentos previstos no anexo L, na FORMA descrita no item 5.7.3, bem como a apresentação dos documentos ORIGINAIS correspondentes para conferência e análise. (NÃO ENCADERNAR OS ORIGINAIS).

5.7.3 Para essa etapa, o voluntário deverá apresentar os originais para conferência e entregar as cópias dos documentos previstos no anexo L, encadernadas na ordem disposta no mesmo anexo, da seguinte FORMA:

- a) numeradas, por páginas, frente e verso, inclusive as páginas em branco (nº da página/nº total de páginas – 01/20, 02/20,20/20);
- b) rubricadas ao lado da numeração da página; e
- c) com a encadernação do tipo espiral, com capa transparente e contracapa preta ou azul.

5.7.4 Todas as voluntárias deverão apresentar, obrigatoriamente, na forma física e em envelope separado, na CF, o resultado do exame de sangue de dosagem Beta-HCG, realizado há, no máximo, 5 (cinco) dias úteis da data desta etapa.

5.7.5 Considerando os riscos decorrentes das atividades militares a serem desenvolvidas na adaptação ao Serviço Militar no COMAER, no caso de positividade do exame de sangue de dosagem Beta-HCG, a voluntária não será habilitada a incorporação e serão adotados os procedimentos descritos nos itens 5.6.12 e 5.6.15.

5.7.6 A voluntária que não apresentar o exame de sangue de dosagem Beta-HCG, conforme previsto no item 5.7.4, será inserida automaticamente em banco de dados e poderá ser relacionada para realização da próxima CF, quando deverá apresentar o referido exame.

5.7.7 No ato da entrega dos documentos previstos no anexo L, será entregue ao voluntário, pela CSI, um recibo contendo a quantidade de folhas constantes do caderno e, quando for o caso, do exame de sangue de dosagem Beta-HCG.

5.7.8 A CSI não receberá os documentos que estiverem em DESACORDO quanto à FORMA descrita no item 5.7.3 e o voluntário terá uma nova oportunidade de entregá-los na data definida pela CSI. Nesse caso, o exame de sangue de dosagem Beta-HCG também será devolvido à voluntária e deverá ser entregue juntamente com o caderno, por ocasião da nova oportunidade.

5.7.9 SOMENTE SERÁ ACEITA a entrega de documentos em data e horários divulgados pela CSI no endereço eletrônico do Processo Seletivo.

5.7.10 Para a etapa Concentração Final e Habilitação à Incorporação (CF), somente o próprio voluntário poderá apresentar os documentos relacionados no anexo L, ficando, assim, VEDADA a apresentação por procurador e/ou remessa via *fac-símile*, *e-mail*, arquivo digital, rede social ou por correspondência postal.

5.7.11 Atendidas as condições previstas neste AVICON para habilitação à incorporação, verificadas por meio dos documentos entregues, o voluntário receberá parecer “DEFERIDO”, caso contrário o parecer será “INDEFERIDO”, cabendo interposição de recurso, e o motivo publicado.

5.7.12 Os voluntários aprovados nesta etapa serão considerados habilitados, e concorrerão as incorporações, desde que atendidas às condições previstas neste AVICON. Os que não forem selecionados farão parte de um banco de dados, com vistas a outras incorporações, considerando o prazo de validade do Processo Seletivo.

6 RECURSOS

6.1 INTERPOSIÇÃO

6.1.1 Será permitido ao voluntário interpor recurso quanto ao que se segue:

- a) parecer da Comissão de Seleção Interna;
- b) resultado na Revisão de Documentos Digitais (RDD);
- c) resultado na Avaliação Curricular Digital (ACD);
- d) parecer obtido na Inspeção de Saúde (INSPSAU); e
- e) resultado obtido na Concentração Final e Habilitação à Incorporação (CF).

6.1.2 O modelo de formulário de requerimento para interposição dos recursos está padronizado no anexo J.

6.1.3 Será de inteira responsabilidade do voluntário a interposição dos recursos previstos no item 6.1.1, a entrega de documentos, bem como o fiel cumprimento dos prazos estabelecidos.

6.1.4 A interposição de recursos referente ao item 6.1.1, letras “a”, “b” e “c”, poderá ser efetivada pelo e-mail medcomplementar.dirsa@fab.mil.br. Referente às letras “d” e “e”, deverá ser efetivada pessoalmente ou por procurador, em local a ser definido pela CSI através do endereço eletrônico, devendo ser entregue em duas vias idênticas, ficando uma via de posse da CSI, e a outra, do voluntário/procurador, com todas as folhas rubricadas, atestando o recebimento.

6.1.5 Caso alguma divulgação ultrapasse a data prevista, o voluntário disporá do mesmo prazo previsto originalmente para interpor o recurso, a contar da data subsequente à da efetiva divulgação.

6.1.6 Será indeferido qualquer pedido de recurso apresentado fora do prazo, em formulário diferente do modelo padronizado e/ou em desacordo com as normas estabelecidas neste AVICON.

6.2 RECURSO QUANTO AO PARECER DA COMISSÃO DE SELEÇÃO INTERNA

6.2.1 Com base na análise da vida pregressa dos voluntários militares da ativa e da reserva não remunerada, a CSI poderá emitir o parecer DESFAVORÁVEL ao prosseguimento no Processo Seletivo.

6.2.2 O requerente apresentará, na fundamentação do recurso, a ser enviado para o e-mail: medcomplementar.dirsa@fab.mil.br, com as razões pelas quais justificará o direito arguido:

- a) discriminar as funções exercidas que julgar relevantes no período em que foi militar;

- b) elencar fatos relativos ao desempenho das funções exercidas no período em que foi militar, que, ao seu juízo, sejam relevantes para a mudança do parecer da CSI;
- c) enfatizar destaques em missões que lhe foram confiadas, no período em que foi militar; e
- d) juntar os documentos que julgar pertinentes, sendo desnecessário anexar as cópias de citações de elogios recebidos, do período em que foi militar.

6.3 RECURSO QUANTO AO RESULTADO NA REVISÃO DE DOCUMENTOS DIGITAIS

6.3.1 Após a divulgação do indeferimento da revisão de documentos digitais, será discriminado o motivo desse resultado, com o intuito de dar conhecimento sobre as razões do indeferimento.

6.3.2 Para subsidiar o recurso, o voluntário poderá encaminhar documentos em substituição aos NÃO VALIDADOS, na data e horários estabelecidos pela CSI.

6.3.3 NÃO será permitida a entrega de NOVOS documentos para completarem o caderno, em razão de documentos FALTANTES.

6.3.4 Com base nas razões do indeferimento, o voluntário deverá elaborar um pequeno texto na fundamentação do recurso, conforme anexo J, e encaminhar para o *e-mail*: medcomplementar.dirsa@fab.mil.br.

6.3.5 Após a análise dos documentos entregues para o recurso, será emitido novo parecer por parte da CSI. Caso o resultado seja o INDEFERIMENTO o voluntário será inserido automaticamente em banco de dados, podendo assim ser relacionado para essa etapa quando ela se repetir.

6.4 RECURSO QUANTO AO RESULTADO NA AVALIAÇÃO CURRICULAR DIGITAL

6.4.1 Caso discorde da pontuação atribuída pela CSI, na publicação da Classificação Provisória, o voluntário poderá interpor recurso por meio de requerimento (Anexo J), podendo anexar documentos que fundamentem o seu pedido.

6.4.2 O recurso deverá ser fundamentado por meio de um pequeno texto e encaminhado para o e-mail: medcomplementar.dirsa@fab.mil.br.

6.4.3 Após a análise do recurso, será emitido novo parecer por parte da CSI, ensejando a divulgação da Classificação Definitiva, para a qual não caberá novo recurso.

6.5 RECURSO QUANTO AO PARECER NA INSPEÇÃO DE SAÚDE

6.5.1 O voluntário que desejar interpor recurso em relação ao parecer obtido na INSPSAU receberá da OSA o DIS por *e-mail*, na data estipulada pela CSI.

6.5.2 O voluntário deverá anexar o DIS ao requerimento em grau de recurso (Anexo J).

6.5.3 No momento da realização da INSPSAU em grau de recurso, o voluntário poderá apresentar atestados, exames, laudos ou relatórios que confirmem que não possui aquela condição de saúde que deu causa ao parecer “INCAPAZ para incorporação”. Esses documentos deverão ser providenciados pelo próprio voluntário, responsabilizando-se pelas despesas.

6.5.4 A INSPSAU em grau de recurso ficará a cargo da Junta Superior de Saúde da Diretoria de Saúde da Aeronáutica (DIRSA), que analisará e emitirá parecer, dentro do prazo divulgado pela CSI.

6.5.5 O voluntário que permanecer com parecer “INCAPAZ para incorporação” na INSPSAU em grau de recurso, poderá ter acesso à cópia da Ata expedida pela Junta Superior de Saúde

(JSS) com o(s) motivo(s) do resultado da INSPSAU, na OSA onde realizou a inspeção, no prazo de até 15 (quinze) dias após a divulgação do resultado.

6.6 RECURSO QUANTO AO RESULTADO NA CONCENTRAÇÃO FINAL E HABILITAÇÃO À INCORPORAÇÃO

6.6.1 Na divulgação do indeferimento da CF, será discriminado o motivo desse resultado, com o intuito de subsidiar a interposição de recurso por parte do voluntário.

6.6.2 O voluntário interessado em interpor recurso quanto ao INDEFERIMENTO na etapa CF deverá apresentar requerimento (Anexo J) discriminando os motivos pelos quais discorda do parecer da CSI, podendo anexar documentos a serem utilizados, exclusivamente, para fundamentar o seu pedido.

7 **DISPOSIÇÕES GERAIS**

7.1 COMPARECIMENTO AOS EVENTOS PROGRAMADOS

7.1.1 Todas as despesas pessoais para a participação deste Processo Seletivo, relativas a transporte, hospedagem e alimentação, por exemplo, ficarão por conta do voluntário, inclusive quando, por motivo de força maior, um ou mais eventos programados sofrerem alteração de local, data, horário ou tiverem que ser repetidos.

7.1.2 As alterações de local, data e horário para realização de todas as etapas previstas neste AVICON serão divulgadas no endereço eletrônico do Processo Seletivo.

7.2 DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS

7.2.1 Todos os resultados do Processo Seletivo serão divulgados por meio do endereço eletrônico www.convocacaotemporarios.fab.mil.br.

7.2.2 A constatação de incorreção na divulgação do resultado de qualquer etapa do Processo Seletivo ensejará imediata retificação dessa divulgação e de todos os atos dela decorrentes, sendo publicado novo resultado com as devidas correções, por meio de errata.

7.3 UNIFORMES E TRAJES

7.3.1 Para os eventos realizados em Organizações Militares, o voluntário militar da ativa deverá comparecer uniformizado, de acordo com as normas e regulamentos de uniformes das respectivas Forças.

7.3.2 O voluntário militar que descumprir o disposto no item 7.3.1 não deverá ser impedido de participar da etapa da seleção a que comparecer, mas ficará sujeito às sanções disciplinares aplicáveis ao caso.

7.3.3 O traje civil para acesso e trânsito nas Organizações Militares do COMAER deverá ser composto de:

- a) Homens: calça comprida, camisa ou camiseta com mangas e calçado fechado; e
- b) Mulheres: calça comprida, camisa ou camiseta com mangas, saia ou vestido, na altura do joelho e calçado fechado.

7.3.4 Em qualquer situação ou local, todos os voluntários deverão sempre trajar roupa condizente com o ambiente, conforme item 7.3.3, sob pena de ter seu acesso ao recinto negado.

7.4 CRITÉRIOS DE DESEMPATE

7.4.1 Em todas as etapas deste Processo Seletivo, os critérios de desempates adotados no tocante à classificação, em ordem de prioridade, serão:

- c) maior pontuação no quesito “EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL”;
- d) maior pontuação no quesito “CURSOS DE PÓS-FORMAÇÃO”; e
- e) maior idade, e persistindo o empate, será considerado o horário crescente de nascimento, comprovado por meio da Certidão de Nascimento, a ser exigida pela CSI.

7.5 EXCLUSÃO DO PROCESSO SELETIVO

7.5.1 A constatação, a qualquer tempo, de ato de infração, de omissão ou falta de veracidade em qualquer uma das informações ou documentos exigidos do voluntário implicará a aplicação das penalidades previstas na legislação castrense, sem prejuízo das demais sanções penais e cíveis previstas na legislação vigente.

7.5.2 Além das situações supramencionadas, será, também, EXCLUÍDO da presente seleção, por ato da CSI, o voluntário que incorrer numa das seguintes situações:

- a) burlar ou tentar burlar normas, definidas neste AVICON ou em Instruções Complementares;
- b) adentrar aos locais de realização dos eventos previstos neste AVICON portando arma de qualquer espécie;
- c) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais, bem como praticar ou tentar praticar ato que provoque distúrbio ou prejuízo ao bom andamento da presente seleção; e
- d) tratar de forma desrespeitosa os membros da CSI/SCSI ou demais pessoas presentes aos locais previstos para seleção.

7.6 INCORPORAÇÃO

7.6.1 O ato de incorporação vincula o voluntário a uma OM, e tal ato não corresponde a qualquer etapa do certame.

7.6.2 O voluntário concorrerá à incorporação na subespecialidade e localidade pretendidas, observada a ordem de classificação final, e, para ser incorporado, deverá ter seu nome relacionado pela CSI.

7.6.3 O voluntário militar da ativa que for selecionado deverá ser licenciado do serviço ativo e estar desligado do efetivo da OM de origem, até a data anterior àquela prevista para a incorporação.

7.6.4 O voluntário militar da ativa que esteja prestando o Serviço Militar Obrigatório e que for selecionado por meio do Processo Seletivo deverá estar em condições de concluir o Serviço Militar Obrigatório antes de sua incorporação para fins de matrícula no EAS/EIS.

7.6.5 Caso necessário, a Administração poderá remanejar a realização do Estágio para localidade distinta da escolhida na inscrição, às expensas da FAB.

7.6.6 O voluntário que não comparecer ao local, data e horário estabelecidos pela CSI/SCSI para a incorporação será considerado desistente daquela incorporação.

7.6.7 O voluntário que obtiver provimento liminar para continuidade no processo seletivo, somente será incorporado se tiver cumprido com aproveitamento todas as etapas do certame, desde que expressamente determinada sua incorporação pelo juízo processante e sua classificação final seja superior ao último voluntário incorporado, dentro da subespecialidade/localidade.

7.6.8 O voluntário que tiver sua incorporação postergada para o processo seletivo subsequente, antes da efetiva incorporação deverá ser submetido à nova inspeção de saúde, assim como à análise da sua idoneidade moral, para aferir a permanência das condições necessárias à prestação do serviço militar.

7.6.9 Para ser incorporado, os voluntários deverão observar o previsto na Emenda Constitucional nº 77, de 11 de fevereiro de 2014, sobre a possibilidade de acumulação de cargo público a que se refere à alínea “c”, inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal, com prevalência da atividade militar em qualquer situação.

7.6.10 Na data prevista para a incorporação, o voluntário convocado deverá apresentar cópia da folha do Diário Oficial ou documento comprovando que a sua desvinculação de cargo público ocorreu em data anterior àquela prevista para a incorporação, se for o caso.

7.7 DO BANCO DE DADOS

7.7.1 O banco de dados será constituído pela relação em ordem decrescente de pontuação dos voluntários que não prosseguiram no Processo Seletivo após a etapa Avaliação Curricular Digital (ACD).

7.7.2 Os voluntários componentes do Banco de Dados poderão concorrer às incorporações futuras, dentro do mesmo Processo Seletivo, após os devidos ajustes da sua classificação na nova etapa Avaliação Curricular Digital.

7.7.3 Os voluntários componentes do Banco de Dados poderão encaminhar a qualquer momento, até a data limite definida pela CSI, novos documentos a serem validados, visando ao aumento da sua pontuação a ser estabelecida por meio da Avaliação Curricular Digital imediatamente posterior.

7.7.4 O voluntário participante do certame com embasamento em decisão judicial, somente será cadastrado no banco de dados se a decisão judicial determinar, expressamente, o direito à incorporação.

7.7.5 A Administração poderá efetuar novas convocações para incorporação, dentre os voluntários que compõem o banco de dados, respeitando-se a sequência da classificação, por subespecialidade e localidade, até a validade do Processo Seletivo.

7.8 VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

7.8.1 O processo seletivo expirar-se-á na data prevista no calendário de eventos.

7.8.2 Durante a validade do Processo Seletivo, poderão ser realizadas novas convocações dentre os voluntários componentes do banco de dados do certame, de acordo com a sua classificação, dentro da subespecialidade e localidade escolhida.

7.8.3 Todos os documentos entregues pelos voluntários ficarão de posse da OM responsável ou de outra OM por ela designada, pelo prazo estabelecido em legislação específica.

8 DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 Não caberá ao interessado o direito de recurso para obter qualquer compensação, reparação ou indenização, pecuniária ou não, pela sua exclusão da seleção, ocasionada pelo descumprimento das condições estabelecidas neste AVICON.

8.2 Verificado qualquer fato que comprometa a regularidade do presente Processo Seletivo, será de competência das CSI/SCSI, dos demais órgãos executores ou do Diretor da DIRAP anular os atos eivados de ilegalidade, estabelecendo os ajustes necessários à continuidade da seleção, desde que possível.

8.3 Na hipótese de anulação de atos ou da anulação/interrupção do próprio Processo Seletivo como um todo, não caberá ao voluntário reparação por eventuais transtornos ou prejuízos decorrentes.

8.4 Fica VEDADA a qualquer participação de acompanhantes de voluntários em qualquer das etapas deste Processo Seletivo, exceto nos casos preconizados na Lei nº 13.872/2019.

8.5 Em caso excepcional de mudança de qualquer evento por interesse da Administração, motivo de força maior ou decisão judicial, a DIRAP reserva-se ao direito de reprogramar o mencionado Cronograma, conforme a disponibilidade e de acordo com a sua conveniência, ficando implícita a aceitação dos voluntários às novas datas, a serem oportunamente divulgadas.

Maj Brig Ar LUIZ GUILHERME DA SILVA MAGARÃO
Diretor de Administração do Pessoal

ANEXO A**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA****SIGLAS E VOCÁBULOS**

ACD	-	Avaliação Curricular Digital
AVICON	-	Aviso de Convocação
BCA	-	Boletim do Comando da Aeronáutica
COMAER	-	Comando da Aeronáutica
COMGEP	-	Comando-Geral do Pessoal
CSI	-	Comissão de Seleção Interna
DIRAP	-	Diretoria de Administração do Pessoal
DIRENS	-	Diretoria de Ensino
DIRSA	-	Diretoria de Saúde da Aeronáutica
DIS	-	Documento de Informação de Saúde
FI	-	Ficha de Inscrição
EAS	-	Estágio de Adaptação e Serviço
EAT	-	Estágio de Adaptação Técnico
EED	-	Encaminhamento Eletrônico de Documentos
EIS	-	Estágio de Instrução e Serviço
ICA	-	Instrução do Comando da Aeronáutica
INSPSAU	-	Inspeção de Saúde
OM	-	Organização Militar
OSA	-	Organização de Saúde da Aeronáutica
QOCon	-	Quadro de Oficiais da Reserva de 2ª Classe Convocados
RDD	-	Revisão de Documentos Digitais
RUMAER	-	Regulamento de Uniformes para os Militares da Aeronáutica
SCSI	-	Subcomissão de Seleção Interna
SECPROM	-	Secretaria de Avaliação e Promoções
SEREP	-	Serviço de Recrutamento e Preparo de Pessoal da Aeronáutica
SERMOB	-	Seção de Recrutamento e Mobilização
VDD	-	Validação de Documentos Digitais

ANEXO A (continuação)
CÓDIGOS DE SUBESPECIALIDADES

ESPECIALIDADE	SUBESPECIALIDADE	
MÉDICO (MED)	ALG	Alergologia
	ANE	Anestesiologia
	ANP	Anatomia Patológica
	CAC	Cancerologia
	CAR	Cardiologia
	CCA	Cirurgia Cardíaca
	CCP	Cirurgia De Cabeça E Pescoço
	CGE	Cirurgia Geral
	CLM	Clínica Médica
	CPE	Cirurgia Pediátrica
	CPS	Cirurgia Plástica
	CTO	Cirurgia Torácica
	CVP	Cirurgia Vascularperiférica
	DER	Dermatologia
	END	Endocrinologia
	GEN	Gastroenterologia
	GER	Geriatrics
	GNR	Generalista
	GOB	Ginecologia E Obstetrícia
	HEM	Hematologia
	HER	Hemoterapia
	OFT	Infectologia
	IMU	Imunologia
	ITS	Medicina Intensiva
	MAS	Mastologia
	MFC	Medicina De Família E Comunidade
	MNU	Medicina Nuclear
	MTB	Medicina Do Trabalho
	NEC	Neurocirurgia
	NEF	Nefrologia
	NEU	Neurologia
	NTR	Nutrologia
	OFT	Oftalmologia
	ORL	Otorrinolaringologia
	ORT	Ortopedia
	PDI	Pediatria
	PNE	Pneumologia
	PNN	Pediatria Neonatal
	PRO	Proctologia
	PSI	Psiquiatria
	RAD	Radiologia
	REU	Reumatologia
	URO	Urologia

ANEXO B



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CRONOGRAMA DE EVENTOS QOCon Med Complementar

DIVULGAÇÃO			
EVENTOS		RESPONSÁVEIS	PERÍODO
01	Divulgação do Processo Seletivo.	CECOMSAER	05 JUN a 31 DEZ 2025
02	Período de Impugnação do Processo Seletivo.	VOLUNTÁRIOS	05 JUN a 11 JUN 2025
INSCRIÇÃO E ENCAMINHAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS (EED)			
EVENTOS		RESPONSÁVEIS	PERÍODO
03	PERÍODO DE INSCRIÇÃO Preenchimento da Ficha de Inscrição (FI): das 10h00min do primeiro dia às 23h59min do último dia - HORÁRIO DE BRASÍLIA.	VOLUNTÁRIOS	05 JUN a 31 DEZ 2025
04	Divulgação da relação de voluntários inscritos no Processo Seletivo, em ORDEM ALFABÉTICA.	CSI	A ser divulgado pela CSI
05	Envio das inscrições aos Órgãos Públicos competentes para averiguação da vida pregressa dos voluntários.	CSI	
06	ENVIO DO E-MAIL COM OS DOCUMENTOS DE INSCRIÇÃO DIGITALIZADOS	VOLUNTÁRIOS	
07	Divulgação da relação de voluntários, em ORDEM ALFABÉTICA , que não encaminharam os documentos previstos na etapa (Cadastro de Inscritos).	CSI	
VALIDAÇÃO DE DOCUMENTOS DIGITAIS (VDD)			
EVENTOS		RESPONSÁVEIS	PERÍODO
08	VALIDAÇÃO DE DOCUMENTOS DIGITAIS	CSI	A ser divulgado pela CSI
09	Divulgação da relação, em ordem alfabética, das <u>INSCRIÇÕES COMPLETAS</u> , incluindo o parecer da CSI.	CSI	
10	Divulgação da relação, em ordem alfabética, das <u>INSCRIÇÕES COM PENDÊNCIAS</u> , e os respectivos motivos das pendências, incluindo o parecer da CSI.	CSI	
REVISÃO DE DOCUMENTOS DIGITAIS (RDD)			
EVENTOS		RESPONSÁVEIS	PERÍODO
11	Encaminhamento do e-mail revisional de documentos.	VOLUNTÁRIOS	A ser divulgado pela CSI
12	REVISÃO DE DOCUMENTOS DIGITAIS	CSI	
13	Divulgação da Relação dos Voluntários que encaminharam o e-mail revisional de sua documentação.	CSI	
14	Divulgação da relação das INSCRIÇÕES DEFERIDAS , após a Revisão de Documentos Digitais .	CSI	
15	Divulgação da relação das INSCRIÇÕES INDEFERIDAS , após a Revisão de Documentos Digitais .	CSI	
16	Encaminhamento do Requerimento em Grau de Recurso , quanto ao parecer da CSI e quanto à Revisão de Documentos Digitais.	VOLUNTÁRIOS	

17	Divulgação da Relação dos Voluntários que encaminharam o e-mail com o Requerimento em Grau de Recurso , quanto à documentação e ao Parecer da CSI.	CSI	A ser divulgado pela CSI
18	Divulgação do resultado dos recursos interpostos pelos voluntários na etapa Revisão de Documentos Digitais e Parecer da CSI.	CSI	
19	Divulgação da Relação dos Voluntários Classificados para a fase de Avaliação Curricular Digital , em ordem alfabética.	CSI	
AVALIAÇÃO CURRICULAR DIGITAL (ACD)			
EVENTOS		RESPONSÁVEIS	PERÍODO
20	AVALIAÇÃO CURRICULAR DIGITAL	CSI	A ser divulgado pela CSI
21	Divulgação no site do resultado dos voluntários que participaram da AVALIAÇÃO CURRICULAR DIGITAL , com a CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA .	CSI	
22	Encaminhamento do Requerimento em Grau de Recurso quanto à Avaliação Curricular Digital , contestando a CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA .	VOLUNTÁRIOS	
23	Divulgação do resultado dos recursos interpostos pelos voluntários, quanto à CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA .	CSI	
24	Divulgação da relação dos voluntários que participaram da etapa Avaliação Curricular Digital, com a CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA .	CSI	
INSPEÇÃO DE SAÚDE (INSPSAU)			
EVENTOS		RESPONSÁVEIS	PERÍODO
25	Divulgação da relação nominal dos Voluntários chamados para a etapa INSPSAU , com as respectivas datas, horários e locais de apresentação.	CSI	A ser divulgado pela CSI
26	INSPSAU	VOLUNTÁRIOS/ CSI / OSA	
27	Divulgação da relação nominal dos voluntários com parecer “APTO para incorporação” na INSPSAU.	CSI	
28	Divulgação da relação nominal dos voluntários com parecer “INCAPAZ para incorporação” na INSPSAU.	CSI	
29	Divulgação da relação nominal dos voluntários FALTOSOS à INSPSAU.	CSI	
30	Envio do Documento de Informação de Saúde (DIS) ao voluntário, considerado “INCAPAZ para incorporação” .	CSI / OSA	
31	Entrega do requerimento de solicitação de INSPSAU em Grau de Recurso.	VOLUNTÁRIOS	
32	Divulgação da relação nominal dos voluntários convocados para a INSPSAU em Grau de Recurso, com as respectivas datas, horários e locais de apresentação.	CSI	
33	INSPSAU em Grau de Recurso	VOLUNTÁRIOS/ CSI / OSA	A ser divulgado pela CSI
34	Remessa das informações à Junta Superior de Saúde (JSS)	OSA	
35	Parecer do Julgamento da Junta Superior de Saúde (JSS)	JSS (DIRSA) / OSA	
36	Divulgação da relação nominal dos voluntários que obtiveram parecer FAVORÁVEL na INSPSAU em Grau de Recurso.	CSI	
37	Divulgação da relação nominal dos voluntários que obtiveram parecer DESAVORÁVEL na INSPSAU em Grau de Recurso.	CSI	
38	Divulgação da relação nominal dos voluntários FALTOSOS à INSPSAU em Grau de Recurso.	CSI	

CONCENTRAÇÃO FINAL E HABILITAÇÃO À INCORPORAÇÃO (CF)			
EVENTOS		RESPONSÁVEIS	PERÍODO
39	Divulgação da relação nominal dos voluntários convocados para a CF .	CSI	A ser divulgado pela CSI
40	CONCENTRAÇÃO FINAL E HABILITAÇÃO À INCORPORAÇÃO (CF)	VOLUNTÁRIOS/CSI	
41	Divulgação da relação nominal dos voluntários FALTOSOS à CF .	CSI	
42	Divulgação da relação nominal dos voluntários que entregaram documentos em ACORDO , quanto à forma.		
43	Divulgação da relação nominal dos voluntários que entregaram documentos em DESACORDO quanto à forma.	CSI	
44	Entrega dos Documentos CORRIGIDOS quanto à forma.	VOLUNTÁRIOS	
45	Divulgação da relação nominal dos voluntários FALTOSOS à Entrega de Documentos Corrigidos quanto à forma.	CSI	
46	Divulgação da relação nominal dos voluntários DEFERIDOS na CF .	CSI	
47	Divulgação da relação nominal dos voluntários INDEFERIDOS na CF .	CSI	
48	Entrega do Requerimento de Recurso dos voluntários INDEFERIDOS na CF .	VOLUNTÁRIOS	
49	Divulgação da relação de voluntários FALTOSOS à entrega do Requerimento de Recurso para a etapa CF .	CSI	A ser divulgado pela CSI
50	Análise do Requerimento em Grau de Recurso da CF	CSI	
51	Divulgação do resultado dos recursos interpostos pelos voluntários na etapa CF .	CSI	
52	Divulgação da relação nominal dos voluntários HABILITADOS à Incorporação.	CSI	
53	Divulgação da relação nominal dos voluntários CONVOCADOS para a Incorporação.	CSI	
54	Divulgação da relação nominal dos voluntários CADASTRADOS EM BANCO DE DADOS .	CSI	
55	INCORPORAÇÃO E INÍCIO DO ESTÁGIO	VOLUNTÁRIOS SEREPE OM DESIGNADA CSI	A ser divulgado pela CSI
56	Divulgação da relação nominal dos voluntários INCORPORADOS e FALTOSOS .	CSI	
57	Divulgação da relação nominal dos voluntários EXCLUÍDOS no Processo Seletivo.	CSI	
58	VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO (Prazo limite para convocação dos voluntários para incorporação)	CSI	31 DEZ 2025

ANEXO C



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**

ENDEREÇO DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES (OM) RESPONSÁVEIS

SEREP-BE		
LOCALIDADE	OM RESPONSÁVEL	CONTATO
Belém-PA	SEREP-BE / Setor: SERMOB Avenida Júlio César, s/nº - Bairro Souza Belém - PA. CEP 66.613-010.	(91) 3204-9801 sermob.serepbe@fab.mil.br

SEREP-BR		
LOCALIDADE	OM RESPONSÁVEL	CONTATO
Brasília-DF	SEREP-BR / Setor: SERMOB SHIS QI 05 - ÁREA ESPECIAL 12 /Lago Sul Brasília-DF. CEP: 71.615-600.	(61) 3364-8103 sermobbr.serepbr@gmail.com

SEREP-CO		
LOCALIDADE	OM RESPONSÁVEL	CONTATO
Canoas-RS	SEREP-CO / Setor: SERMOB Avenida Guilherme Schell, nº 3.950 Canoas - RS. CEP: 92.200-714.	(51) 3462-1108 (51) 3462-1259 recrutamentosermob@gmail.com

SEREP-MN		
LOCALIDADE	LOCALIDADE	LOCALIDADE
Manaus-AM	SEREP-MN / Setor: SERMOB Avenida Rodrigo Otávio, 430, Crespo Manaus - AM. CEP: 69.073-177.	(92) 3614-1773 protocolo.serepmn@fab.mil.br

SEREP-RF		
LOCALIDADE	OM RESPONSÁVEL	CONTATO
Recife-PE	SEREP-RF / Setor: SERMOB Base Aérea de Recife - Avenida Maria Irene, s/nº, Jordão/ Recife - PE. CEP: 51.250-020	(81) 2129-8438 avicon.sereprf@fab.mil.br

SEREP-RJ		
LOCALIDADE	OM RESPONSÁVEL	CONTATO
Rio de Janeiro-RJ	SEREP-RJ / Setor: SERMOB Av. Mal Fontenelle, nº 1200, Campos dos Afonsos Rio de Janeiro - RJ. CEP: 21.740-000	(21) 2157-2331 (21) 2157-2700 sermob.sereprj@fab.mil.br

SEREP-SP		
LOCALIDADE	OM RESPONSÁVEL	CONTATO
São Paulo-SP	SEREP-SP / Setor: SERMOB Avenida Monteiro Lobato, nº 6.365 - Cumbica Guarulhos - SP. CEP: 07184-000	(11) 2465-2143 serepsp@fab.mil.br

ANEXO D

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**

QUADRO DE SUBESPECIALIDADES E LOCALIDADES

SUBESPECIALIDADES	
ALG	Alergologia
ANE	Anestesiologia
ANP	Anatomia Patológica
CAC	Cancerologia
CAR	Cardiologia
CCA	Cirurgia Cardíaca
CCP	Cirurgia De Cabeça E Pescoço
CGE	Cirurgia Geral
CLM	Clínica Médica
CPE	Cirurgia Pediátrica
CPS	Cirurgia Plástica
CTO	Cirurgia Torácica
CVP	Cirurgia Vascularperiférica
DER	Dermatologia
END	Endocrinologia
GEN	Gastroenterologia
GER	Geriatrics
GNR	Generalista
GOB	Ginecologia E Obstetrícia
HEM	Hematologia
HET	Hemoterapia
IFT	Infectologia
IMU	Imunologia
ITS	Medicina Intensiva
MAS	Mastologia
MFC	Medicina De Família E Comunidade
MNU	Medicina Nuclear
MTB	Medicina Do Trabalho
NEC	Neurocirurgia
NEF	Nefrologia
NEU	Neurologia
NTR	Nutrologia
OFT	Oftalmologia
ORL	Otorrinolaringologia
ORT	Ortopedia
PDI	Pediatria
PNE	Pneumologia
PNN	Pediatria Neonatal
PRO	Proctologia
PSI	Psiquiatria
RAD	Radiologia
REU	Reumatologia
URO	Urologia

ORGANIZAÇÃO RESPONSÁVEL	LOCALIDADE
SEREP-BE	Alcântara – MA
	Belém – PA

ORGANIZAÇÃO RESPONSÁVEL	LOCALIDADE
SEREP-BR	Anápolis – GO
	Barra do Garças – MT
	Brasília – DF
	Guarantã do Norte – MT
	Várzea Grande – MT

ORGANIZAÇÃO RESPONSÁVEL	LOCALIDADE
SEREP-CO	Canguçu – RS
	Canoas – RS
	Catanduvas – PR
	Curitiba – PR
	Florianópolis – SC
	Foz do Iguaçu – PR
	Santa Maria – RS
	Santiago – RS
	Urubici – SC
	Uruguaiana – RS

ORGANIZAÇÃO RESPONSÁVEL	LOCALIDADE
SEREP-MN	Boa Vista – RR
	Manaus – AM
	Porto Velho – RO
	Rio Branco – AC

ORGANIZAÇÃO RESPONSÁVEL	LOCALIDADE
SEREP-RF	Fernando de Noronha – PE
	Fortaleza – CE
	Parnamirim – RN
	Petrolina – PE
	Porto Seguro – BA
	Recife – PE
	Rio Largo – AL
	Salvador – BA

ORGANIZAÇÃO RESPONSÁVEL	LOCALIDADE
SEREP-RJ	Barbacena – MG
	Lagoa Santa – MG
	Petrópolis – RJ
	Rio de Janeiro – RJ
	Santa Teresa – ES
	Três Marias – MG

ORGANIZAÇÃO RESPONSÁVEL	LOCALIDADE
SEREP-SP	Campo Grande – MS
	Corumbá – MS
	Guaratinguetá – SP
	Guarujá – SP
	Pirassununga – SP
	São José dos Campos – SP
	São Paulo – SP

ANEXO E**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA****REQUISITOS ESPECÍFICOS**

Especialidade	Requisitos Específicos
Medicina (MED) Todas as subespecialidades médicas.	Diploma ou certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso superior de Medicina, em nível de graduação, fornecido por instituição de ensino credenciada pelo MEC e de Residência Médica ou Especialização aprovada pelo Conselho Federal de Medicina, na subespecialidade pleiteada. Em substituição à cópia do diploma ou certificado, serão aceitas Declarações/Certidões de conclusão, desde que acompanhadas do Histórico Escolar do respectivo curso.

ANEXO F**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA****LISTA DE DOCUMENTOS DIGITAIS PARA ETAPA DE ENCAMINHAMENTO
ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS**

Inscrição nº _____ SEREP- ____ Nome do Voluntário: _____

Ordem	Documentos para Validação de Documental Digital (nato-digital ou escaneado)
a	Lista de Documentos Digitais para etapa de EED - anexo F.
b	Ficha de Inscrição (FI).
c	Documento oficial de identificação (frente e verso). Para voluntários militares da ativa, cópia do documento de identidade militar (frente e verso).
d	Cadastro de Pessoa Física (dispensável, caso conste no documento oficial de identificação).
e	Folhas de alterações do histórico militar.
f	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior de Medicina.
g	Diploma ou certificado de conclusão de cursos de Pós-Formação.
h	Comprovante de experiência profissional.
TOTAL DE FOLHAS:	

Local _____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do (a) voluntário (a)

Recebido por:

Posto/Grad/Nome Legível do Responsável da CSI
Assinatura do Responsável da CSI

ANEXO G

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

PARÂMETROS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

MEDICINA - SUBESPECIALIDADES	
Parâmetros	Pontuação a ser atribuída
A – CURSOS DE PÓS-FORMAÇÃO	
a) Mestrado , na área da subespecialidade médica pleiteada, reconhecido pelo Sistema Nacional de Ensino.	10,0 pontos (Máximo: 1 título) Pontuação Máxima: 10,0
Pontuação Máxima (A):	10,0.
B – EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	
1) Experiência profissional comprovada na subespecialidade Médica pleiteada.	5,0 pontos a cada 180 dias (Máx. 9 anos) Pontuação Máxima: 90,0.
Pontuação Máxima (B):	90,0.
Pontuação Máxima Total (A +B):	100,0.

ANEXO H
(PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DA CSI)



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

FICHA DE AVALIAÇÃO CURRICULAR
MEDICINA

A SER PREENCHIDO PELA CSI				
CABEÇALHO				
Nome do Voluntário			Data	
Nº de Inscrição				
Subespecialidade				
A. PÓS-FORMAÇÃO	(a)	(b)	(c)	(d)
	Pontuação a ser atribuída por Título	Qtd de Títulos válidos	Pontuação atribuída CSI	Limites de Pontos
a) Mestrado , na área da subespecialidade médica pleiteada, reconhecido pelo Sistema Nacional de Ensino.				
B. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	Pontuação atribuída por período (Mínimo de 180 dias)		Pontuação atribuída CSI	Limite de Pontos
1) Experiência profissional comprovada na subespecialidade Médica pleiteada.				
C. PONTUAÇÃO TOTAL ATRIBUÍDA:				100,0

_____/_____/_____
Local Data

Assinatura e Identificação (Carimbo) do Presidente da CSI

Assinatura e Identificação (Carimbo) do Membro da CSI
Avaliador

Assinatura e Identificação (Carimbo) do Membro da CSI
Avaliador

ANEXO I**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA****MODELO DE FICHA DE PARECER DO COMANDANTE, CHEFE OU DIRETOR DA OM**

Declaro que o _____ (Pos-
to/Graduação – Nome Completo), identidade nº _____, CPF nº
_____, nascido aos ____ dia (s) do mês de _____ de _____,
praça de _____, pertence ao efetivo do (a)
_____, não possui em seus assentamentos
nada que desabone a sua conduta militar.

Local: _____ – _____ Data: ____/____/____

Assinatura e Carimbo do Comandante / Chefe / Diretor da OM
Portaria de Delegação: _____

ANEXO J**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA****MODELO DE REQUERIMENTO EM GRAU DE RECURSO**

1. Eu, _____ (nome completo), RG nº _____, CPF nº _____, voluntário ao QOCon Med Complementar 2025, inscrição nº _____ SEREP-____, venho requerer recurso quanto à (ao):

() Parecer desfavorável da CSI

() Indeferimento da Revisão de Documentos Digitais (RDD)

() Resultado da Avaliação Curricular Digital (ACD)

() Parecer “INCAPAZ para incorporação” na INSPSAU

() Indeferimento na Concentração Final e Habilitação à Incorporação (CF)

2. Fundamentação do recurso:

3. Em face das razões acima apresentadas, o recorrente reitera julgar-se em condições para prosseguimento no Processo Seletivo.

4. Nestes termos, pede deferimento.

Local _____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do voluntário

Recebido por:

Posto/Grad/Nome Legível do Responsável da CSI
Assinatura do Responsável da CSI

Obs: Para o recurso da INSPSAU o voluntário deverá anexar o Documento de Informação de Saúde (DIS).

ANEXO K



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE DE PARTICIPAÇÃO EM PROCESSO
SELETIVO POSTERIOR, POR APRESENTAR ESTADO DE GRAVIDEZ**

Declaração

Eu, _____, voluntária
no Processo Seletivo QOCon Med Complementar sob o nº de inscrição
_____, portadora da identidade nº _____
e CPF nº _____, declaro que estou ciente do meu impedimento de
prosseguir no Processo Seletivo, em razão da constatação do estado de gravidez em que me
encontro e que tenho interesse em participar de Processo Seletivo posterior que contemple a
mesma subespecialidade e localidade, tendo observado todas as condições impostas neste Aviso
de Convocação.

Local _____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do (a) voluntário(a)

Recebido por:

Posto/Grad/Nome Legível do Responsável da CSI
Assinatura do Responsável da CSI

ANEXO L



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

LISTA DE DOCUMENTOS PARA CONCENTRAÇÃO FINAL E HABILITAÇÃO À
INCORPORAÇÃO

Inscrição nº _____ SEREP- ____ Nome do Voluntário: _____

Ordem	Documentos para Concentração Final e Habilitação à Incorporação
a	Lista de Verificação de Documentos da Etapa CF - anexo L.
b	Ficha de Inscrição (FI).
c	Original e cópia do documento oficial de identificação (frente e verso), para voluntários civis, ou do documento de identificação militar (frente e verso), para voluntários militares da ativa.
d	Original e cópia do Cadastro de Pessoa Física (dispensável, caso conste no documento oficial de identificação).
e	Original e cópia do Certificado de reservista ou prova de quitação com o serviço militar, para voluntários do sexo masculino.
f	Original e cópia do Diploma ou certificado de conclusão do Ensino Superior encaminhado na etapa EED.
g	Original e Cópia dos Diplomas ou Certificados de Conclusão de Cursos de Pós-Formação encaminhados na etapa EED, de acordo com os Parâmetros de Qualificação Profissional, previstos nos anexo G.
h	Original e Cópia do Comprovante de experiência profissional encaminhado na etapa EED.
i	Se militar da ativa, original e cópia da Ficha de Parecer do Comandante, Chefe ou Diretor da OM em que serve.
j	Original e cópia das folhas de alterações do histórico militar.
k	Original e cópia da Certidão ou Declaração expedida pelo Conselho Profissional.
l	Certidão negativa da Polícia Federal, expedida pelo Departamento de Polícia Federal, que poderá ser obtida pelo voluntário por meio da página/pt-br/servicos/emitir-certidao-de-antecedentes-criminais.
m	Certidão negativa da Justiça Militar da União, expedida pelo Superior Tribunal Militar, que poderá ser obtida pelo voluntário por meio da página www.stm.jus.br
n	Certidão de quitação eleitoral emitida on-line pelo Tribunal Superior Eleitoral por meio da página www.tse.jus.br , expedida, no máximo, há 30 dias da data de entrega dos documentos ou comprovante de votação da última eleição, 1º turno e 2º turno, se houver.
o	Certidão negativa de crimes eleitorais , emitida on-line pelo Tribunal Superior Eleitoral por meio da página www.tse.jus.br , expedida, no máximo, há 30 dias da data de entrega dos documentos.
p	Certidão negativa criminal da Justiça Estadual ou Distrital, em 1ª instância , correspondente à Unidade da Federação de seu domicílio declarado no ato da inscrição.
q	Certidão negativa da Justiça Criminal Federal, em 1ª instância , expedida dentro do prazo de validade consignado no documento, correspondente à Unidade da Federação referente ao domicílio declarado no ato da inscrição.
TOTAL DE FOLHAS:	

OBS.: NÃO ENCADERNAR OS ORIGINAIS.

Local _____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) voluntário(a)

Recebido por: